

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO DE TEORIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
DISCIPLINAS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

DISCIPLINA: INFORMAÇÃO E CIDADANIA			CÓDIGO TGI-038 TA1	
PROFESSOR MARIA GUIOMAR DA CUNHA FROTA				
DEPARTAMENTO Departamento de Teoria e Gestão da Informação			UNIDADE Ciência da Informação	
CARGA HORÁRIA	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL	CRÉDITOS
	60		60	04
ANO LETIVO 2º semestre de 2013			PERÍODO 6º - tarde	
PRÉ-REQUISITOS			CÓDIGOS	
CURSOS PARA OS QUAIS É MINISTRADA Biblioteconomia			CLASSIFICAÇÃO Optativa	

EMENTA

Conceituação de cidadania. Histórico da cidadania no Brasil. Cidadania e política social. Informação e cidadania.

PROGRAMA:

UNIDADE 1: INTRODUÇÃO - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Direitos humanos
 Conceituação de cidadania
 Elementos componentes da cidadania
 Desafios para a efetivação dos direitos

UNIDADE 2: CIDADANIA NO BRASIL

História da cidadania no Brasil
 Informação, ditadura e democracia
 Direito a informação
 Informação e memória

UNIDADE 3: INFORMAÇÃO PARA A CIDADANIA

Participação social e informação
 Projetos socioinformacionais

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- 1) ABRÃO, Paulo e TORELY, Marcelo D. Justiça de transição no Brasil: a dimensão da reparação. In: Ministério da Justiça-Comissão de Anistia. **Repressão e memória política no contexto ibero-brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal**. Brasília: Ministério da Justiça, Portugal: Universidade de Coimbra- Centro de Estudos Sociais, 2010. p. 26-53.
- 2) ABRÃO, Paulo e GENRO, Tarso. **Os direitos da transição e a democracia no Brasil. Estudos sobre justiça de transição e teoria democrática**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.
- 3) BENFICA, Juliana C., 1996. "Informação e cidadania" **Espaço BH**. Belo Horizonte: PRODABEL n.0, dez. BRASIL. COMISSÃO DA VERDADE. Audiências públicas. Disponível em <http://www.cnv.gov.br/index.php/audiencias-publicas>, Acesso em 22/04/2013.
- 4) BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei 12.528 de 18/11/2011. Lei que cria a Comissão Nacional da Verdade. Disponível em <http://www.cnv.gov.br/sobre-a-comissao-da-verdade/conheca-a-lei-que-criou-a-comissao-nacional-da-verdade/> Acesso em 04-02- 2013.
- 5) BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei 12.527 de 18/11/2011. Lei de acesso à informação. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm), Acesso em 04-02- 2013.
- 6) BOBBIO, Norberto, 1992. Presente e futuro dos direitos do homem. In: **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus.
- 7) CARVALHO, José Murilo de, 1987 **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi** São Paulo: Companhia das Letras.
- 8) CARVALHO, José Murilo de, 2002. **História da cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- 9) CEPICK, Marco. Direito à informação: situação legal e desafios. **Informática Pública**. Belo Horizonte:PRODABEL, ano 2, No. 2, dez. 2000.
- 10)CEPIK, M E EISENBERG, J. **Internet e Política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002
- 11)COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- 12)FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: DELGADO, Lucília, A. N. e FERREIRA, Jorge. O tempo da ditadura: movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. p. 167-204.
- 13)FROTA, Maria Guiomar da Cunha. **Associativismo civil e participação social**. Desafios de âmbito local e global na implementação dos direitos da criança. Tese de doutorado em Sociologia. Rio da Janeiro: IUPERJ, 2004. (capítulo II)
- 14)FROTA, Maria Guiomar da Cunha. *Memória e reparação: os processos de violação aos direitos da criança na corte interamericana de direitos humanos*. In: XII ENANCIB, 2011, BRASÍLIA. **Anais XII ENANCIB**. Brasília: UNB Brasília, 2011.v.1.p.01-15. Disponível: <http://enancib.ibict.br/index.php/xii/enancibXII/paper/view/798>.
- 15)JARDIM, J. M ,1999. Transparência e opacidade do estado no Brasil. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense – 1999.
- 16) ISHAY, Micheline R (org.). Introdução. In: **Direitos Humanos: uma antologia**. São Paulo: EDUSP, 2006. p.15-47.
- 17)MARSHALL, T.H., 1967. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar.
- 18) MOURA, Maria Aparecida. **Cultura informacional e liderança comunitária**. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010.
- 19) NOBRE, Marcos. Participação e deliberação na teoria democrática: uma introdução. In: NOBRE M. e COELHO, Vera S. P. **Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo; EDITORA 34, 2004.
- 20)PRATA, Nilson Vidal. **Informação e democracia deliberativa**. Um estudo de caso de participação política na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2007.

- 21) SANTOS, Wanderley G. dos., 1987. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus.
- 22) SANTOS, Cecília M. Memória da Justiça: a mobilização dos direitos humanos e a construção da memória da ditadura no Brasil. *Revista crítica de ciências sociais*, 88, março de 2010, p. 127-134.
- 23) SILVA, Shirlene Linny. Construindo o Direito de acesso aos arquivos da repressão: o caso do departamento de ordem política e social de Minas Gerais. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, 2007.
- 24) SILVA, Shirlene Linny da; FROTA, Maria Guiomar da Cunha. A questão do acesso aos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social do Estado de Minas Gerais numa abordagem multidimensional. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, número especial, p. 105-119, 2009. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/viewFile/916/610>>.